



XXVI Jornada de Pesquisa

A SAÚDE E A DOENÇA NO SISTEMA PRISIONAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA¹

HEALTH AND DISEASE IN THE PRISON SYSTEM: A LITERATURE REVIEW

Shirlei Sztormowski², Christiane de Fátima Colet³, Eniva Miladi Fernandes Stumm⁴

¹ Projeto de Pesquisa desenvolvido na Unijuí.

² Bolsista, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e graduada em psicologia clínica, bacharel e licenciatura pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Especialização em Psicologia Jurídica pela universidade do Alto Uruguai e das Missões – URI – Santiago. Especialização em Saúde Mental pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. cursando Justiça Restaurativa e Mediação pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

³ Doutora em Ciências Farmacêuticas pela UFRGS, Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Professora Permanente do Programa de Pós Graduação em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ

⁴ In memoriam Doutora em Ciências pela UNIFESP.

RESUMO:

O sistema prisional apresenta características peculiares, em que há a supremacia da segurança e disciplina diante dos demais aspectos que se apresentam em espaços institucionais, como questões referentes a saúde das pessoas que circulam neste espaço. As pessoas privadas de liberdade e os servidores penitenciários são os atores que movimentam diretamente o ambiente carcerário. Desta forma, torna-se pertinente buscar informações através de estudos e pesquisas que nos mostram a real situação de saúde que se encontram estas pessoas. Para tanto, fez-se uma Revisão de Literatura, com o levantamento bibliográfico de artigos e dissertações indexadas nas bases eletrônicas *PubMed*, *SciELO*, *Lilacs* e Portal Capes, entre os anos de 2009 e 2021, nos idiomas de inglês e português. Identificou-se que há muitos estudos acerca de doenças infectocontagiosas e DST – doenças sexualmente transmissíveis, com incipiente visibilidade a temas referente a saúde mental de pessoas privadas de liberdade e servidores prisionais, apresentando dados que demonstram a necessidade de ações que atendam esta demanda.

Palavras-chave: saúde, saúde mental, sistema prisional.

ABSTRACT:

The prison system has peculiar characteristics, in which there is the supremacy of security and discipline in relation to other aspects that are presented in institutional spaces, such as issues related to the health of people who circulate in this space. People deprived of liberty and prison staff are the actors who directly move the prison environment. Thus, it becomes pertinent to seek information through studies and research that show us the real health situation that these



people are. Therefore, a Literature Review was carried out, with a bibliographic survey of articles and dissertations indexed in the electronic databases PubMed, SciELO, Lilacs and Portal Capes, between 2009 and 2021, in English and Portuguese. It was identified that there are many studies on infectious and contagious diseases and STDs - sexually transmitted diseases, with incipient visibility to issues related to the mental health of people deprived of liberty and prison staff, presenting data that demonstrate the need for actions to meet this demand.

Keywords: health, mental health, prison system.

1. INTRODUÇÃO

Olhar para a saúde mental no sistema prisional é um desafio. A pessoa privada de liberdade está suscetível ao desenvolvimento de doenças de caráter emocional e psíquico, pois no cárcere podem desencadear perdas consideráveis no que tange a personalidade daqueles que convivem neste ambiente, desde características linguísticas, locomotoras, alimentares e de relacionamento. Isto é confirmado por Thompson (2002), quando diz que, neste espaço prisional, as pessoas costumam assimilar os valores, costumes, modo de pensar e hábitos ali vivenciados. Desta forma, acordo com Amoke *et al* (2019), o que torna as pessoas privadas de liberdade em igual é a disciplina, que além de se fazer necessário modificar comportamentos para sobreviver naquele local, pode ocasionar danos que, muitas vezes, os tornam dependentes deste sistema controlador. Para os autores, acima citados, as experiências vivenciadas na prisão perduram para além dela, quando deixam de ser presos controlados por um sistema, o que pode causar sofrimento psicológico.

Em igual importância, a função do servidor prisional, em especial do Agente Penitenciário, é desenvolvida em um ambiente estressante e de constantes riscos. Para Lima *et al* (2019), eles estão expostos a uma realidade com intimidação, agressões, ameaças, possibilidade de rebeliões, que acabam colocando em risco sua integridade física. Esta realidade é responsável pelo aumento de transtornos físicos e mentais nestes trabalhadores. Em pesquisa realizada em um estado na região nordeste do Brasil, pelo referido autor, investigou a prevalência de Transtornos Mentais Comuns e uso de drogas entre agentes penitenciários. Os resultados apontaram que cerca de 23,57% apresentavam Transtorno Mental Comum. O estudo aponta



ainda que alguns fatores são determinantes para esses resultados, como: o tipo de unidade prisional e trabalhar em turnos dobrados.

Em 1992, Godberg e Huxley, descreveram o Transtorno Mental Comum, definindo como manifestações de sofrimento que estariam relacionadas com questões psicossociais presentes do dia a dia e na subjetividade dos sujeitos. Ademais, nos atores do sistema prisional é elevada a ocorrência desses TCMs, tanto para os internos, quanto para os servidores, conforme demonstrado nas pesquisas referidas neste estudo, descritas na sequência. É caracterizado por um conjunto de sintomas não psicóticos, sendo que os principais: insônia, irritação, nervosismo, cansaço, cefalalgia, esquecimento, falta de concentração, manifestações sintomáticas depressivas, ansiosas e queixas somáticas, que apontam para sofrimento mental, mas que não estão descritas nos critérios diagnósticos das classificações internacionais.

A partir deste cenário, como mestranda do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Sistemas Ambientais e Sustentabilidade, entende-se como pertinente olhar para o local de trabalho, compartilhar estes conhecimentos e com a possibilidade de implementação no cárcere. No sistema prisional, muitas nuances se manifestam, sendo que se constitui em um vasto campo para ações com vistas a um ambiente sustentável e a necessidade de promoção da saúde.

Portanto, este artigo tem como objetivo realizar uma revisão da literatura acerca dos estudos realizados no sistema prisional, relacionados a saúde, tanto dos servidores prisionais quanto das pessoas privadas de liberdade, elencando os temas mais pesquisados.

2. METODOLOGIA

Este estudo se constitui em uma Revisão de literatura com o levantamento bibliográfico de estudos realizados neste espaço institucional.

Realizou-se um levantamento bibliográfico de artigos de periódicos, teses e dissertações indexadas nas bases eletrônicas *PubMed*, *SciELO*, *Lilacs* e Portal Capes. Os trabalhos utilizados nesta revisão foram realizados entre os anos de 2009 e 2021, utilizando-se da combinação de palavra-chave e descritores para a seleção dos trabalhos, nos idiomas de inglês e português.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



3. ESTUDOS DE SAÚDE REALIZADOS NO SISTEMA PRISIONAL

A vida no ambiente prisional pode afetar a saúde, em especial mental, daqueles que vivem naquele local. A Organização Mundial de Saúde – OMS, define a saúde não apenas como ausência de doença, mas sim como sendo um estado de completo bem-estar, tanto físico quanto mental e social, considerando na sua integralidade (OMS, 2005). Conforme também refere Diuana *et al* (2008) em seu estudo sobre a saúde das pessoas privadas de liberdade, há a necessidade de mais pesquisas envolvendo as pessoas presas, uma vez que as que existem focam mais nas doenças físicas, e não são somente estas que ocorrem dentro do cárcere.

3.1 Com Servidores Penitenciários

Fernandes *et al* (2002), reconhecem a importância em estudar a categoria dos servidores penitenciários. Conforme os autores, distúrbios psiquiátricos menores (DPM), estresse persistente e queixas de saúde foram evidenciadas em pesquisa realizada com agentes penitenciários em Salvador, na Bahia. No entanto, há necessidade de se investigar mais sobre o adoecimento, a fim de se desenvolver políticas de atendimento e suporte para estas situações, bem como na preparação destes servidores antes de assumirem tal função.

Em estudo experimental realizado por Graça *et al* (2020), com servidores penitenciários em uma cadeia feminina mato-grossense, avaliou a aplicabilidade de uma prática integrativa como a auriculoterapia, utilizada na redução de sintomas físicos e emocionais, em especial da dor. Foram utilizadas de base o controle da lombalgia, ansiedade e estresse entre os servidores penitenciários. Os resultados mostraram efetividade na redução de sintomas especialmente de níveis de estresse e lombalgia, que tiveram os sintomas amenizados, proporcionando melhora na promoção da qualidade de vida desses profissionais.

Medeiros-Costa *et al* (2018) em estudo com agentes penitenciários constataram presença de transtornos psíquicos, com níveis baixo-moderado, com sensações de tensão emocional e depressão, estando em um estado de alerta para *Burnout*. Também evidenciaram que os trabalhadores com mais tempo de atividade eram os que apresentavam esses transtornos psíquicos mais acentuados, o que sugere que com o passar dos anos, atuando nesse ambiente, as condições psíquicas tendem a piorar.



3.2 Com Pessoas Privadas de Liberdade

A saúde é uma preocupação constante no sistema prisional. Existem estudos publicados neste local que abordam saúde, sendo que a maioria aborda as doenças sexualmente transmissíveis, como HIV e Sífilis, e Tuberculose. Conforme Oliveira *et al* (2020), em estudo de intervenção realizado em uma Penitenciária Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil, a ocorrência de Tuberculose na população prisional chega a ser 33 vezes maior que na população geral. Destaca também que as comorbidades como HIV, hepatite B e C e diabetes, ocasionam altas taxas de infecções nas prisões, em especial quando aliadas ao uso de drogas. Estas são as enfermidades físicas frequentes entre as pessoas presas, o que justifica maiores estudos na busca de amenizar os danos causados, em especial por serem doenças transmissíveis.

No estudo de Reis *et al.* (2016) foram realizados exames de baciloscopias nas pessoas privadas de liberdade para detectar a presença da bactéria, e aqueles diagnosticados com a doença foram submetidos “a teste de sensibilidade para isoniazida, etambutol, rifampicina e pirazinamida pelo método das proporções e genotipados através da técnica de PCR pela análise 15-*locus* MIRU-VNTR.” Da mesma forma, Sanchez e Larouzé (2016) referem em seu estudo a necessidade de desenvolver mais estratégias para ações contra a Tuberculose dentro das prisões, tendo em vista que a prevalência de casos no estado do Rio de Janeiro, local do estudo, é trinta vezes maior entre prisioneiros. Para isso, é necessário considerar o dia a dia dentro das prisões, com efetiva fiscalização da saúde prisional e acompanhamento da pena para garantir esse acesso as pessoas presas ao cuidado a saúde.

Correa *et al* (2017) em estudo com pessoas presas para investigação da Sífilis em que foram realizados exames sanguíneos para avaliar a prevalência dessa enfermidade, referem ainda a pouca bibliografia no Brasil de estudos dentro do cárcere relacionados a essa doença. Em estudo realizado em 12 presídios na região Centro-Oeste do Brasil evidenciaram que é alta a taxa de infectados por Sífilis dentro dos presídios, em especial entre as mulheres presas. Já Rosa *et al* (2012) fizeram estudo para investigar a prevalência do vírus da Hepatite (HCV) através de teste rápido com as pessoas privadas de liberdade. E verificaram que a variável para a infecção do vírus foi o uso de drogas injetáveis, tendo uma alta prevalência entre os internos em comparação



a população geral, o que causa grande preocupação. Assim, pode-se perceber que as doenças mais comumente estudadas se referem a situações de proliferação de vírus e bactérias.

Outra temática explorada no ambiente prisional são estudos sobre o uso de drogas. Tavares *et al* (2012) pesquisaram uso de drogas, violência e aspectos emocionais das pessoas presas, abrindo mais a perspectiva que vai para além das doenças físicas. Neste estudo realizaram entrevistas com a coleta de dados sociodemográficos e aplicação de escalas de avaliação de aspectos como depressão, ansiedade, agressividade, possíveis transtornos psiquiátricos e uso abusivo ou dependência de drogas. Evidenciaram associações entre o uso de drogas, sintomas depressivos e agressividade.

Rousselet *et al* (2019), em estudo que analisou o consumo de drogas pelos presidiários, antes e após sua entrada na prisão, na França, consideram que poucos estudos avaliam o consumo de substâncias psicoativas dentro da prisão. Acreditam que seja pelo caráter de proibição, que pode tornar incoerentes essas pesquisas. Como resultados perceberam que antes da prisão cerca de 56% das pessoas não haviam usado substâncias psicoativas, mas, após a entrada, esse número passou para 12,4%, demonstrando que dentro do cárcere muitas pessoas experimentaram ou passaram a consumir essas substâncias. No entanto, o consumo de medicamentos prescritos quando há a diminuição de drogas ilícitas teve um aumento considerável, sendo que cerca de 15% das pessoas presas passaram a ingestão de medicamentos na prisão. Os motivos para justificar esse uso são, em especial, para ‘esquecer, não pensar no dia a dia, fugir’. Esses resultados vão ao encontro das observações empíricas da pesquisadora em sua atividade laboral como psicóloga no sistema penitenciário.

Newbury-Birch *et al* (2018) realizaram revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados de intervenções psicossociais de álcool, breve e prolongadas, para pessoas encarceradas. E os resultados mostraram que as intervenções realizadas dentro do cárcere apresentaram redução significativa no impacto no uso de álcool.

Asherson *et al* (2019) realizaram estudo com prisioneiros jovens, de 18 a 25 anos, em duas prisões do Reino Unido, portadores de transtorno de déficit de atenção hiperatividade (TDAH), doença que acomete 30% da população prisional neste país, e foi avaliada a intervenção com o uso de metilfenidato. O estudo foi um ensaio clínico randomizado, contra placebo, que teve como principal resultado, após 8 semanas de uso da medicação experimental, mudanças no nível de sintomas do TDAH, ou seja, melhora nos sintomas.



Outros estudos de ensaios clínicos randomizados já foram realizados no sistema prisional, como o que está sendo proposto, dentre os quais pode-se citar Mayer *et al* (2021) que está avaliando o uso de ômega 3 como suplemento em prisioneiros para a redução da agressividade. Esta pesquisa será realizada em Centros Correcionais na Austrália, respeitando a Declaração Nacional Australiana sobre Conduta Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos.

Zaalberg *et al* (2009), e teve como objetivo avaliar a redução do comportamento indisciplinado, agressão e psicopatologia entre jovens prisioneiros holandeses, com a inclusão de suplementos alimentares em sua alimentação, como vitaminas, sais minerais e ácidos graxos essenciais, e placebo. Os incidentes antes relatados pelos servidores prisionais foram significativamente reduzidos em comparação ao placebo. Já em relação a agressividade e aos sintomas psiquiátricos não foram evidenciados resultados significativos.

A prática laboral da autora foi comprovada pelo artigo de Rousselet (2019) quando refere que a maioria dos presidiários que iniciaram o uso de substâncias psicoativas após o encarceramento, teve correlação com o uso de medicamentos durante o período de cumprimento de pena. Destaca-se que cerca de 15% dos presidiários usavam diariamente medicamentos, sendo que foi construído o perfil 3 desses presidiários, caracterizado pela alta probabilidade de ansiolítico, hipnótico, antipsicóticos e antidepressivos, os quais tinham alta probabilidade de continuar o consumo após o encarceramento.

Em estudo que realizaram nas prisões na Nigéria os autores avaliaram o efeito da terapia cognitivo-comportamental sobre o nível de sofrimento psicológico entre as pessoas presas que estavam aguardando o julgamento. Relatam que diante das experiências difíceis vivenciadas na prisão os índices de presidiários em sofrimento psicológico são altos. Muitos apresentam sintomas como solidão, pensamento suicida, depressão maior e doenças psicóticas. Considerando essas informações entende-se ser necessárias intervenções que diminuam o impacto prejudicial à saúde, física e mental, das pessoas presas. Conforme Meyer *et al* (2021), em estudo realizado com prisioneiros refere que cerca de 46% de pessoas presas apresentaram algum transtorno de saúde mental durante o cumprimento da pena.

3.3 Prevalência de Transtorno Mental Comum (TMC) no sistema prisional



Entende-se por Transtorno Mental Comum – TMC uma série de sintomas que perduram em torno de sete dias, que se bem avaliados podem identificar precocemente diagnósticos como de depressão, ansiedade, fobia, transtorno do pânico e obsessivo-compulsivo. Os sintomas mais comuns são irritação, ansiedade, dificuldades no sono e de concentração (LUCCHESI et al., 2017). Segundo estes autores, TMC acometem pessoas em todo mundo, sendo que de 174 estudos realizados em 63 países, 155 destes e em 59 países, a prevalência desses TMC foi significativa. Quanto ao aparecimento desses transtornos em pessoas que fazem uso de álcool ou drogas, esse índice foi maior que o apresentado pela população geral.

Em outro estudo, buscou-se avaliar artigos que abordassem Intervenções Não Farmacológicas – INF em pessoas com TMC. Desta forma, a intenção é trazer novas formas de atenção ao sofrimento físico e psíquico, tendo em vista que a medicalização tem sido utilizada como única forma de atenuar esses sintomas. No entanto, outras medidas terapêuticas podem ser possibilitadas para promover saúde que além da medicalização. (CHAVES, 2019).

Da mesma forma acontece nas relações de trabalho, sendo que se observa aumento no interesse sobre esse tema, propiciando maior visibilidade ao vínculo entre trabalho e saúde, em especial a saúde mental, devido ao que nos trazem as estatísticas que os índices de TMC e comportamentos associados ao trabalho tem aumentado. Segundo a Organização Mundial de Saúde, 30% dos trabalhadores ativos estão acometidos de transtornos mentais menores, sendo que de 5% a 10% atingem os níveis mais graves da doença. (BRASIL, 2001)

Lucchese et al. (2017) traz referências de que os TMC acometem pessoas em todo mundo, sendo que de 174 estudos realizados em 63 países, 155 e em 59 países, a prevalência desses TMC foi significativa. Quanto ao aparecimento desses transtornos em pessoas que fazem uso de álcool ou drogas, esse índice foi maior que o apresentado pela população geral.

Atualmente, tem se intensificado o número de pessoas com queixas e sintomas de TMC que procuram auxílio da Atenção Primária À Saúde. No Brasil, vem oscilando entre 28,7% a 50%, com estimativa de crescimento até 2030 de atingir a marca mundial de perturbações mais incapacitantes, com maior propensão a população feminina, idosos e indivíduos com baixo nível socioeconômico e escolar (NÓBREGA et. al, 2017). Em estudo realizado por Rodrigues-Neto JF et al. (2008), demonstra que os dados de prevalência de TMC no Brasil eram de 19% a 34%, índices quase metade do que se apresenta atualmente. Este estudo também refere à baixa escolaridade e renda com a prevalência de TMC.



No entanto, há certa dificuldade no reconhecimento desses sintomas característicos dos TMC, por se dar preferência para queixas físicas. De acordo com Nóbrega et al, (2017), “A incompreensão sobre a expressão de sofrimento em pessoas com TMC está alocada na incompetência técnica das equipes e serviços em reconhecer pessoas nessas circunstâncias. Estereótipos de poli queixosos, pitiáticos, problemáticos e histéricos, comumente utilizados, compromete a prática clínica frente a essa condição de saúde⁽⁷⁾”. Desta forma, a Atenção Primária a Saúde é a porta de entrada para pessoas com estes transtornos mentais, e devem estar preparadas para identificar esses sintomas e promover ações de saúde mental, em especial por conhecerem mais a fundo a história de seus pacientes. Diante disso, o TCM pode ser considerado um dos maiores problemas de saúde pública mundial.

Inserindo o TCM no ambiente prisional, tais sintomas podem reduzir consideravelmente a capacidade funcional dos afetados, pois “Os TMC produzem impacto considerável e amplo na vida do indivíduo e dos familiares envolvidos, já que constituem importante causa de incapacidade e prejuízos importantes nas funções social e física.” (RODRIGUES-NETO JF et al, 2008)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos apresentados quanto a situação de saúde dos atores prisionais, sejam as pessoas privadas de liberdade quanto os servidores penitenciários, identificou-se que, no caso destes últimos, as condições de trabalho e as relações estabelecidas no ambiente prisional, tendem a interferir no processo de subjetivação dos mesmos, bem como na vida pessoal.

Quanto as pessoas privadas de liberdade, identifica-se que o aprisionamento acarreta o processo de assimilação dos valores do cárcere, ocasionando também danos a personalidade e atingindo a saúde mental, em especial por estarem em um constante regime de controle e vigilância, onde todas as suas ações são fiscalizadas e comandadas pela segurança da prisão, assim como, estão submetidos a regras e disciplina impostas pela instituição total. Além disso, estão inseridos em uma outra sociedade dentro da prisão, que tem suas próprias regras e controle, em que uns, os “mais poderosos”, tem o domínio de outros, que são os mais vulneráveis e menos assistidos pelo Estado em razão do pouco investimento neste setor, que acarreta a atual precariedade das prisões.



Apesar da incipiente realização de estudos envolvendo o sistema prisional, ainda encontra-se deficiência na literatura em pesquisas nesta área de saúde, em especial da saúde mental, não somente de presos, mas também de servidores penitenciários. É o que constatou Medeiros-Costa et al (2018), em estudo realizado sobre Transtornos Mentais Comuns e Síndrome de Burnout em servidores prisionais no Rio Grande do Norte, Brasil. Evidencia-se a necessidade em se desenvolver mais pesquisas para maior conhecimento das peculiaridades envolvidas, buscando desenvolver formas de tratamento para os problemas acima mencionado, que acometem as pessoas privadas de liberdade e servidores prisionais, e que podem contribuir para a perda de saúde e de qualidade de vida dos mesmos.

Referências Bibliográficas

- AMOKE CV, Ede MO, Nwokeoma BN, Onah SO, Ikechukwu-Iloмуanya AB, Albi-Oparaocha FC, Nweke ML, Amoke CV, Amadi KC, Aloh HE, Anyaegbunam EN, Nwajiuba CA, Onwuama OP, Ede KR, Ononaiwu AI, Nweze T. Effects of group cognitive-behavioral therapy on psychological distress of awaitingtrial prison inmates. *Medicine* 2020;99:17(e18034). Amoke et al. *Medicine* (2020) 99:17. Acessado em 26 de junho de 2021.
- ASHERSON *et al.*, Philip. Randomised controlled trial of the shortterm effects of OROS-methylphenidate on ADHD symptoms and behavioural outcomes in young male prisoners with attention-deficit/hyperactivity disorder (CIAO-II). *Trials* (2019) 20:663. <https://doi.org/10.1186/s13063-019-3705-9>. Acessado em 26 de junho de 2021.
- BONEZ, Aline, MORO, Elisamara Dal, SEHNEM, Scheila Beatriz. **Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense**. *Psicologia Argumento*, jul./set., 2013.
- BRASIL, 2006. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. - (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- FERNANDES, R. C. P. et al. Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(3):807-816, mai-jun, 2002.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.



- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GRAÇA, Bianca Carvalho da. *et al.* Uso da auriculoterapia no controle da lombalgia, ansiedade e estresse de profissionais do sistema penitenciário. Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor. BrJP. São Paulo, 2020 abr-jun;3(2):142-6. Acessado em 26 de junho de 2021.
- LIMA, Ana Izabel Oliveira. DIMENSTEIN, Magda. FIGUEIRÓ, Rafael. LEITE, Jáder. & DANTAS, Cândida. Prevalência de Transtornos Mentais Comuns e Uso de Álcool e Drogas entre Agentes Penitenciários. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, 2019, v. 35, e3555. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3555>. Acessado em 26 de junho de 2021.
- LOURENÇO. Arlindo da Silva. **O espaço de vida do Agente de Segurança Penitenciária no cárcere: entre gaiolas, ratoeiras e aquários**. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- MEDEIROS-COSTA Mateus, et al. Transtornos Mentais Comuns e Síndrome de *Burnout* em Agentes Penitenciários. *Ciencia & Trabajo*. AÑO 20. NÚMERO 61. ENERO / ABRIL 2018. www.cienciaytrabajo.cl. Acessado em 26 de junho de 2021.
- MEYER *et al.* *Trials* (2021) 22:318 The effect of omega-3 long chain polyunsaturated fatty acids on aggressive behaviour in adult male prisoners: a structured study protocol for a multicentre, double-blind, randomised placebocontrolled trial and translation into policy and practice. <https://doi.org/10.1186/s13063-021-05252-2> Acessado em 26 de junho de 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE DO BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde /OMS Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde /Ministério da Saúde do Brasil, Representação no Brasil da OPAS/OMS; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida et al. – Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.
- ROUSSELET *et al.*, Morgane. Consumption of psychoactive substances in prison: Between initiation and improvement, what trajectories occur after incarceration? COSMOS study data. *PLOS ONE* | <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0225189> December 4, 2019. Acessado em 26 de junho de 2021.
- THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002.



Temas Livres • Ciênc. saúde coletiva 19 (7) Jul 2014 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232014197.09142013>

UNIJUÍ. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Trabalhos acadêmicos**. Apresentação, Referências e Citações. Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques (Org.) 2 ed., 2014.

ZAALBERG et al., Ap. Effects of Nutritional Supplements on Aggression, Rule-Breaking, and Psychopathology Among Young Adult Prisoners. *AGGRESSIVE BEHAVIOR* Volume 35, pages 1–10 (2009). Acessado em 26 de junho de 2021.